

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A DIMENSÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

*Maria Luisa Santos Ribeiro**

Tendo sido convidada para participar de um debate subordinado ao tema acima, foi-me previamente apresentado um desdobramento do mesmo em várias questões.

Considerando-as muito pertinentes, resolvi desenvolver o tema procurando respeitar estreitamente cada uma das questões.

Neste texto reproduzo quatro das cinco questões apresentadas.

1) Em que medida a compreensão da dimensão histórica do real não se confunde, na prática docente, com o "historicismo"?

A resposta que darei está fundada na noção de "historicismo" enquanto concepção que reduz a compreensão do fenômeno educacional à compreensão de sua dimensão histórica.

Na prática docente a influência de uma concepção como esta pode fazer com que o professor venha a ficar "satisfeito" com uma explicação sobre o fenômeno educacional escolar que por várias razões só dá conta da dimensão histórica deste mesmo fenômeno. Isto seria traduzido de maneira simplificada da seguinte forma: se é verdade que a realidade educacional escolar, tal como se apresenta hoje, é um produto de um processo que tem uma história, basta que conheça esta história para dar conta de um grau satisfatório de compreensão desta realidade. Tal grau de compreensão é suficiente para orientar-me praticamente no exercício docente. Sendo um professor da disciplina História da Educação, pode ele se comportar, de um lado, como se só ele entendesse sobre educação e, de outro, como se os alunos tivessem apenas esta disciplina, já que os sobrecarregaria em demasia tanto em termos de quantidade como em qualidade de trabalho exigido.

Feitas estas considerações, responderia à questão da seguinte maneira:

a) A compreensão da dimensão histórica do real se confunde, na prática docente, com o "historicismo" quando em nível de consciência se opera um reducionismo. Este é um risco sério que para ser evitado, ou para que seus efeitos possam vir a ser superados, exige uma busca constante de ampliação do grau de consciência sobre a realidade. Neste caso, em verdade não chega a haver compreensão propriamente dita da dimensão histórica.

* Professora da PUC de São Paulo.

b) A compreensão da dimensão histórica do real não se confunde com o "historicismo" na medida em que nós educadores escolares de profissão alcançamos um domínio crítico sobre a atividade educacional tal como ela é, vale dizer, como um fenômeno específico (uma síntese particular) constituído de múltiplas dimensões e não apenas de uma. Síntese particular esta que se constitui enquanto um todo, enquanto uma totalidade estreitamente relacionada a uma totalidade mais ampla - a sociedade. Mais ampla porque, por sua vez, é a expressão da relação entre múltiplas sínteses particulares em que se constitui cada um dos fenômenos sociais. Para que o que é colocado aqui não se transforme em mero jogo de palavras, considero da máxima importância que nós educadores busquemos alcançar um domínio crítico da concepção filosófica de base materialista dialética, de base histórico dialética.

As coisas, as instituições, os seres humanos se constituem, vale dizer, tem origem e desenvolvimento, na trama, na dinâmica das relações sociais. Esta tese de máxima importância é afirmada e reafirmada em aula pelo Prof. Octávio IANNI. "As relações recíprocas de interdependência, relações essas que constituem uma base, um elemento essencial da sociabilidade humana, são, num contexto, econômicas, ou predominantemente econômicas, mas sem prejuízo de outras conotações. As relações recíprocas de interdependência num outro contexto são religiosas, noutra políticas e assim por diante, sendo que em todos os casos são relações complexas, ao mesmo tempo econômicas, sociais, culturais, religiosas etc, lembra o referido professor.

É difícil, continua ele, encontrar uma situação, por exemplo, na igreja, em que as relações das pessoas fossem apenas, exclusivamente religiosas. E uma relação que envolve algum tipo de dinheiro, algum tipo de organização, algum tipo de burocracia, algum tipo de política, algum tipo de educação etc.

De modo que todas as relações sociais são relações complexas que tem, por assim dizer, a sua economia política como fundamento, mas há um elemento prioritário, básico, constitutivo das relações sociais aqui e acolá."

Esta "lição" precisa ser aprendida por nós educadores. A educação tem que ser considerada enquanto um fenômeno (uma relação) social onde o educacional é prioritário, um fenômeno (uma relação) que tem a sua economia política como fundamento. É um tipo de relação, poderíamos afirmar continuando a parafrasear, que envolve algum tipo de dinheiro, algum tipo de organização, algum tipo de burocracia, algum tipo de política, algum tipo de religião (conforme o tipo de sociedade), que envolve também uma história. Envolve, pois, múltiplas dimensões, para usar a linguagem do tema ao qual estas considerações estão subordinadas.

É este tipo de relação que se chama de dialética. Assim sendo, a dialética não está prioritariamente nas cabeças. Esta nelas por determinação da realidade objetiva.

2) Como recuperar uma visão mais próxima da totalidade, das estruturas e das contradições na Educação, dentro da formação do professorado e dos especialistas em educação? A mudança de conteúdos curriculares bastaria?

Para a recuperação de uma visão mais próxima da totalidade, obviamente que não bastaria a mudança de conteúdo. E se alguém está entendendo que, com base na concepção histórico-crítica, se sustenta a afirmação de que isto seria o suficiente, está fazendo uma interpretação incorreta de tal concepção. O que se sustenta é a importância dos conteúdos. O que se afirma é a importância, do ponto de vista teórico, de uma sólida formação, ainda que isto não venha a ser suficiente.

Entendo que a formação de professores e dos chamados especialistas em educação se dá em muitas frentes: nos estudos feitos, ou não, em cursos organizados para tal fim, no próprio exercício profissional, bem como na participação coletiva organizada de natureza sindical, enquanto categoria profissional. Cada uma dessas frentes tem seu conteúdo e sua forma, cada uma delas alimenta, e é alimentada pelas outras. De tal maneira que, se em alguma delas são encontrados sérios obstáculos, estes devem ser coletiva e organizadamente combatidos, já que os prejuízos, decorrentes da omissão, se expandem para as demais frentes.

3) Evolução, Transformação ou "Por uma sociedade mais justa"? Ou ainda, o projeto político ao qual a Pedagogia Histórico-Crítica é subjacente, se situa no neo-liberalismo (social-liberalismo), no socialismo ou na social democracia? Há mesmo um projeto político "fechado"?

A concepção política à qual a Pedagogia Histórico-Crítica está articulada é de base socialista.

O que não quer dizer que, em consequência, haja um projeto político "fechado". As aspas já indicam que os autores da pergunta estão cientes de que se trata de uma força de expressão. Por uma imposição da própria realidade, em constante processo de transformação, qualquer projeto (entendido como orientação) tem que estar sempre em certa medida aberto a reformulações.

O que não equivale a dizer também que na luta pela elevação do nível educacional-cultural dos seres humanos que compõem a sociedade brasileira (especialmente das parcelas mais vitimadas pelo violento processo de empobrecimento educacional-cultural que acompanha o processo de empobrecimento econômico) não se reconheça a necessidade do estabelecimento de alianças políticas. Mas é necessário que se tenha clareza do que é aliança política propriamente dita e, em razão disto, com que forças políticas é possível e necessário estabelecer alianças.

Isto posto, é necessário que se lembre que hoje em dia fica até mais fácil

afirmar que há uma relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a questão do Socialismo, em razão do fato de o socialismo ter saído de moda... Quando algo entra em moda é uma tragédia! Muitos querem ser ou declaram que são o que em verdade não são e nem tem, no momento determinado, estrutura para chegar a sê-lo.

Respondo que há esta relação não só e fundamentalmente em razão de uma definição pessoal. Respondo com base no exposto, defendido e mantido pelo intelectual criador de maior expressão no contexto da Concepção Histórico-Crítica de Educação, Dermeval SAVIANI. Num texto onde ele toma como tema de reflexão as relações entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a realidade escolar, há a seguinte afirmação:

“Com reflexões e análises do tipo das apresentadas nesta palestra, procuramos fundar e objetivar historicamente a compreensão da questão escolar, a defesa da especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como elemento necessário ao desenvolvimento cultural, que concorre para o desenvolvimento humano em geral. A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista. É dessa forma que se articula a concepção Política Socialista com a concepção Pedagógica Histórico-Crítica, ambas fundadas no mesmo conceito geral de realidade, que envolve a compreensão da realidade humana como sendo construída pelos próprios, a partir do processo de trabalho, quer dizer, da produção das condições materiais ao longo do tempo.” (“A Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar”, in Pedagogia Histórico-Crítica (primeiras aproximações), 2. ed. p. 105)

No Prefácio à 20ª ed. de Escola e Democracia, ao explicar que o texto “Escola e Democracia I - A teoria da curvatura da vara” trata do tema segundo uma abordagem centrada mais no aspecto polêmico e procurando responder a algumas objeções criadas na polêmica, esclarece o seguinte:

“Desta forma, a denúncia da Escola Nova é apenas uma estratégia visando a demarcar mais precisamente o âmbito da pedagogia burguesa de inspiração liberal e o âmbito da pedagogia socialista de inspiração marxista.” (Texto reeditado in obra citada, p. 107.)

4) Compromisso e competência, estes pressupostos são excludentes? Um antecede ao outro? A síntese de SAVIANI “compromisso técnico e competência política” é o caminho?

Tentarei responder por partes.

4.1.) Compromisso e competência, estes pressupostos são excludentes?

No meu entender não há compromisso sem competência. Não há compromisso político sem competência técnica, não há compromisso técnico sem competência política. A ausência de competência (técnica ou política) torna o compromisso (político ou técnico) como que em algo esvaziado de conteúdo, algo falso, algo enganador, onde a intenção, o discurso aponta para uma direção e a realização, o ato aponta para a direção contrária. O compromisso é parte necessariamente constitutiva da competência. A competência é parte necessariamente constitutiva do compromisso, quer tenhamos ou não consciência deste fato.

4.2) Um antecede ao outro?

Em tese o compromisso não antecede à competência e nem a competência ao compromisso. Um exige o outro do começo ao fim do processo. O que pode variar é a força de um sobre o outro. O momento que se revela pelo compromisso é o momento em que na relação de interioridade entre compromisso-competência, predomina o compromisso. O momento que se revela pela competência é o momento em que na relação de interioridade entre competência-compromisso, predomina a competência.

Há aqui um esforço em indicar a necessidade de um entendimento da relação compromisso-competência em base materialista (histórico) dialética. O que se tem é a unidade entre contrários não antagônicos. Uma formação teórica sólida permite alcançar graus mais elevados de compreensão deste tipo de relação, é sempre bom lembrar.

Não há, a meu ver, compromisso político com incompetência técnica. A incompetência técnica tem necessariamente um preço político. Não há compromisso técnico sem competência política. Se há compromisso técnico, e se este se realiza, isto é, se consegue sair do nível das intenções do discurso, tem que estar havendo necessariamente um certo grau de competência política, ainda que não seja das pessoas diretamente envolvidas na ação. As pessoas comprometidas tecnicamente podem estar sob hegemonia, política de forças que elas mesmas desconhecem, forças das quais não tem o suficiente grau de consciência e podem estar atuando com a ilusão de que não tem nenhum vínculo político, na ilusão do "puramente técnico". Por outro lado, por incompetência política de uns o compromisso técnico pode estar sendo aproveitado por outras forças políticas.

4.3) A Síntese de SAVIANI "compromisso técnico e competência política" é o caminho?

Para responder a esta pergunta é necessário buscar o significado da expressão. O próprio Autor esclarece:

"... teve a intenção manifesta de romper a vinculação entre técnica e competência de um lado, e política e compromisso, de outro." ("Competência

política e compromisso técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido) in obra citada, p. 59)

Tendo, pois, clareza do significado, concordo que este posicionamento teórico é o caminho para tentar romper em nível de consciência esta vinculação feita em bases estreitas. Talvez não seja o "caminho suficiente", ainda que se tenha clareza de que se está considerando a questão do ponto de vista teórico. Não sendo suficiente, é certamente um caminho a ser percorrido.

Acho importante assinalar que, no meu entender, algo que pode estar mais implícito que explícito numa discussão como esta precisa ser insistentemente explicitado. Este "algo" é o seguinte.

A discussão da relação compromisso-competência não pode ser tomada como sinônimo da discussão da relação político-técnico. A discussão da relação político-técnico, que alerta para a sobredeterminação do técnico pelo político tem que ser feita com todo rigor e é base teórica necessária para que não nos percamos na discussão da relação compromisso-competência.